

**Inquérito Civil nº 06.2019.00002904-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, Curadoria do Meio Ambiente, representada pela Promotora de Justiça **Andrea Gevaerd**, ora **Celebrante**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fulcro no art. 127, *caput* e no art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; no art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e **Patricia Fiatkosky Benjamin Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.776.958/0001-92, localizada na Rua Gustavo Richard, 474, Centro, Camboriú/SC, neste ato representada por sua sócia proprietária **Patricia Fiatkosky Benjamin**, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no CPF nº 050.908.629-23 e RG nº 4.577.472/SC, denominada **Compromissária**, participando do ato a **Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM**, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF nº 17.470.060/0001-70, com sede na Rua Coronel Benjamin Vieira, 456, Centro, Camboriú/SC, neste ato representada por **Liara Rotta Padilha Schetinger**, Presidente da Fundação, no Inquérito Civil nº 06.2019.00002904-0, tem entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público, em razão do art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85, promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para defesa dos interesses metaindividuais, mormente a proteção do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, da Constituição Federal assegura que *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o*

*dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;*

**CONSIDERANDO** que os bens ambientais não se reduzem à vida humana, mas a outras formas orgânicas a serem respeitadas por imposição normativa constitucional;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento das condutas às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, a teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, com fulcro nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 9.605/98;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade, prevista no art. 5º, inciso XXIII, no art. 170, inciso VI, no art. 182, § 2º, no art. 186, inciso II e no art. 225, da Constituição Federal, e os princípios da prevenção, precaução e poluidor-pagador;

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** que esta Promotoria de Justiça recebeu a informação da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM de que a mencionada empresa possui irregularidades ambientais no tocante à desobediência à área de preservação permanente de curso d'água, no caso o Rio Camboriú, sendo que o empreendimento foi instalado parcialmente em tal área, em desobediência aos termos da Lei Federal nº 12.651/2012, sendo que a proprietária possui interesse em regularizar tal situação;

**CONSIDERANDO** que o empreendimento está localizado em Zona de

Urbanidade - ZU-01, conforme consulta de viabilidade emitida em 11/04/2019;

**CONSIDERANDO** que, conforme informação repassada pela proprietária, a atividade está em funcionamento no local desde 2010;

**CONSIDERANDO** que, conforme mapa constante nos autos, entre a referida propriedade e o Rio Camboriú, há edificação com fins residenciais instalada, pelo menos antes de 2004 (imagem de satélite mais antiga, para consulta em *software* livre), de forma que a área não desempenha mais função ecológica de mata ciliar.

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em caráter irrevogável, com a finalidade de comprometer-se a empresa a efetivar as medidas ecológicas e compensatórias para a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente por meio do Projeto de Recuperação de Área Degradada e Projeto de Compensação Ambiental, bem como adoção de controles ambientais da atividade, nos seguintes termos:

## **I - DO OBJETO**

**Cláusula Primeira:** O presente compromisso de ajustamento de conduta tem como objeto a adequação da Compromissária às normas ambientais vigentes, não obstante a situação existente há vários anos no local, visando a possibilidade de compensação ambiental em razão da recuperação parcial da Área de Preservação Permanente degradada.

## **II - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**Cláusula Segunda:** A Compromissária executará as obras e atividades abaixo discriminadas, com a finalidade de realizar a reparação das áreas degradadas, destinadas a preservação do meio ambiente e a compensação ambiental por intervenção em Área de Preservação Permanente, conforme aduz o art. 7º e seguintes, do Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012;

**Parágrafo Primeiro:** Em até 45 (quarenta e cinco) dias, a

Compromissária realizará a compensação pelo uso da Área de Preservação Ambiental de curso d'água de 50 metros, cujo valor foi estabelecido em 0,5% do custo total para implantação do empreendimento (calculado pela multiplicação da área edificada e valor do CUB para galpão industrial, com referência ao mês de maio deste ano), com base na Portaria IMA nº 156/2018 - máximo 0,5%. O montante calculado foi de R\$ 2.913,20 (dois mil, novecentos e treze reais e vinte centavos);

**Parágrafo Segundo:** Em até 60 (sessenta) dias, a Compromissária realizará o cercamento e identificação do local como Área de Preservação Permanente;

**Parágrafo Terceiro:** Em até 90 (noventa) dias, a Compromissária iniciará a execução da Recuperação de Área Degradada (Mapa Anexo 1), conforme indicação da fundação, seguindo cronograma (Anexo 2) para manutenção da área por no mínimo três anos;

**Parágrafo Quarto:** A Compromissária promoverá a destinação adequada dos resíduos da construção civil, provenientes da demolição da estrutura existente e gerados durante a obra, apresentando à fundação os respectivos certificados de destinação final;

**Parágrafo Quinto:** A Compromissária deverá prever, dentro do projeto hidrossanitário a ser aprovado pela municipalidade, o sistema de captação de água da chuva e reutilização para fins não potáveis.

### **III - DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

**Cláusula Terceira:** O recurso oriundo da compensação ambiental deve ser destinado para implantação de horta e composteira escolar, na unidade de ensino do CAIC, Bairro Monte Alegre, Município de Camboriú, devendo o projeto ser definido pela Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM). Caso o quantitativo do recurso for superior a demanda gerada, o restante deverá ser aplicado para a mesma finalidade, em outra escola do município, a ser indicada pela Fundação do Meio Ambiente;

**Parágrafo Único:** A Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM

deverá prestar contas da implantação do projeto da horta e aquisição dos referidos equipamentos, mediante a apresentação das notas fiscais da compra dos produtos, a serem apresentados perante esta Promotoria de Justiça, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do efetivo cumprimento da obrigação.

#### **IV - DO CUMPRIMENTO**

**Cláusula Quarta:** Independentemente da atividade de monitoramento e fiscalização a ser exercida pela FUCAM, obriga-se a Compromissária a apresentar relatórios instruídos com ilustração fotográfica e demais elementos adequados para comprovar que as obrigações assumidas foram cumpridas.

#### **V - DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula Quinta:** O descumprimento injustificado, integral ou parcial, ou a violação das obrigações especificadas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), enquanto a Compromissária estiver em desacordo com as obrigações assumidas, sem prejuízo da obrigação de recuperar o dano ambiental causado, exigíveis dela enquanto perdurarem as violações, sendo que o descumprimento implicará no imediato vencimento das demais parcelas, permitindo a execução e protesto de todo o valor da multa;

**Parágrafo único:** A multa, se houver o descumprimento do acordo, será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, disciplinado pelo Decreto nº 1.047/87, valor a ser pago em espécie, mediante Guia de Depósito identificada, na conta corrente nº 63.000-4, do Banco do Brasil, agência nº 3582-3 - CNPJ nº 76.276.849/0001-54.

#### **VI - DA EXECUÇÃO**

**Cláusula Sexta:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, do art. 784, incisos II e IX, do Código de Processo Civil e do art. 146, §

4º, inciso II, do Decreto Federal nº 6.514/08 e, caso haja a comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas deste acordo, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título nos moldes acima previstos.

## **VII - DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula Sétima:** A Compromissária executará as atividades constantes na cláusula primeira sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser exercido pela FUCAM como decorrência do cumprimento da legislação ambiental em vigor;

**Parágrafo Único:** A celebração deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas e judiciais diante de futuro descumprimento pelas Compromissárias das normas ambientais.

## **VIII - DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO**

**Cláusula Oitava:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrarem tecnicamente necessárias.

## **IX - DO FORO**

**Cláusula Nona:** Fica eleito o Foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusividade, para dirimir possíveis divergências entre as partes.

## **X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Décima:** O ajuste entrará em vigor a partir da data da assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

Camboriú, 13 de junho de 2019.

**Andrea Gevaerd**  
Promotora de Justiça

**Patricia Fiatkosky Benjamin**  
Compromissária

**Liara Rotta Padilha Schetinger**  
Presidente da FUCAM

Testemunhas:

Maria Anita Decker  
CPF nº 060.865.059-50

Suelen de Souza  
CPF nº 066.413.609-54